

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 12 de março de 2020

A Kepler Weber S/A. (B3: KEPL3)

Companhia controladora do Grupo Kepler Weber, líder de mercado em armazenagem de grãos, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre de 2019 (4T19) e dos 12 meses do ano (12M19). As informações operacionais e financeiras aqui, exceto quando indicadas de outra forma, são apresentadas em Reais, com base em números consolidados e de acordo com as disposições contidas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

DESTAQUES

RECEITA LÍQUIDA

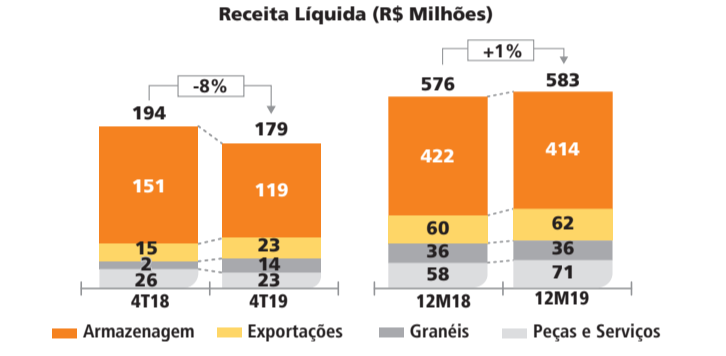
atingiu R\$179,4 milhões no 4T19, redução de 7,5% em relação ao mesmo trimestre de 2018. No acumulado de 2019 a receita líquida atingiu R\$583,5 milhões, aumento de 1,2% frente ao mesmo período de 2018.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2019, o principal foco da Companhia foi reforçar a execução da estratégia de crescimento sustentável, diferenciado e de proximidade com os clientes. Continuamos focados em alcançar melhores resultados, mesmo em situação adversa. Apesar da redução no volume de vendas, conseguimos, por meio de nossa estratégia de reposição de preços, alinhada à gestão de custos e despesas, alcançar um aumento expressivo de 354,5% no Lucro Líquido, atingindo R\$37,6 milhões, ratificando nosso compromisso com a retomada da rentabilidade da Companhia. No acumulado de 2019, chegamos a R\$583,5 milhões de Receita Líquida, um avanço de 1,2% em comparação ao mesmo período de 2018. De igual modo, o CPV atingiu R\$438,3 milhões no ano, queda de 11,1% quando comparado ao mesmo período de 2018. O EBITDA Ajustado totalizou R\$92,5 milhões, aumento de 114,6% em relação à 2018. A margem EBITDA ajustada do período ficou em 15,9% e 8,4 pontos percentuais acima, quando comparada ao mesmo período de 2018. O Resultado Líquido antes do Imposto de Renda foi de R\$47,5 milhões no acumulado do ano, comparado a R\$15,3 milhões no mesmo período de 2018. Os resultados de 2019 são reflexo das ações da Companhia, tanto na captura de melhores preços e mix favorável de produtos, quanto na redução constante dos seus custos e despesas. Por meio do Lean Manufacturing, a Companhia vem adequando sua capacidade de produção e, consequentemente, otimizando os recursos utilizados e minimizando os custos fixos, o que contribuiu a cada trimestre com a melhoria gradual nos resultados. De acordo com o último levantamento de safra realizado pela CONAB em março de 2020, a produção nacional de grãos na safra 2019/2020 está estimada em um recorde de 251,9 milhões de toneladas, graças ao aumento de área plantada (+2,4%) e da expectativa de maior produtividade média. Caso confirmada, a produção de grãos da safra 2019/2020, será 4,1% superior à safra anterior 2018/2019. Após 6 meses de vigência do Plano Safra 2019/2020 (Julho de 2019 a Junho de 2020), observamos que a tomada de recursos do PCA (Programa para Construção e Ampliação de Armazéns) se demonstrou aquecida, com o rápido comprometimento de todo o valor disponível de R\$ 1,615 bilhões. Neste cenário, observa-se que os recursos disponibilizados não são suficientes para a redução do expressivo déficit de armazenagem de grãos. Como a construção de unidades armazenadoras é um investimento de valores consideráveis em ativo imobilizado, os financiamentos de longo prazo são prioritários para a estabilidade do fluxo de caixa dos produtores, e a disponibilidade destas linhas de crédito está diretamente conectada com a tomada de decisão de investimento dos clientes. A Companhia acredita que ao somar a excelência técnica de nossos produtos à excelência no serviço prestado, proporcionará uma experiência cada vez mais positiva e marcante aos nossos clientes, parceiros e investidores. Com isso em 2019 realizamos 2 grandes eventos, o primeiro "PDEK - Programa de Desenvolvimento de Empreiteiras Kepler" conduzido pela área de Implantação de Projetos, chamado "PDEK DAY 1", quando recebemos as empresas parceiras fornecedoras de serviços de montagem, clientes, empresas do segmento do agronegócio e de tecnologia, que relataram seus casos de mudança. O segundo evento foi o "Portas Abertas" que contou com a presença de clientes, parceiros e investidores, quando proporcionamos um momento de ampliação dos conhecimentos sobre o agronegócio e análise de mercado, com a palestra "Cenários do Agronegócio no Brasil e no Mundo", apresentada por consultoria especializada em Análise de Mercados. Em dezembro de 2019, houve alteração na composição acionária da Companhia. A Previ, Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil, vendeu grande parte de sua participação e a principal compradora foi a Tarpon Gestora de Recursos, que já era acionista da Kepler Weber S/A e aumentou sua participação, tornando-se o maior acionista da Companhia. Assim, com um balanço sólido e um plano robusto de inovação em produtos e serviços, a Kepler Weber está bem posicionada para se beneficiar de um maior crescimento do setor do agronegócio no Brasil, consolidando sua liderança em soluções de pós-colheita e ainda se estabelecer como um player relevante no mercado de equipamentos de movimentação de grãos.

Piero Abbondi - Diretor Presidente e de RI

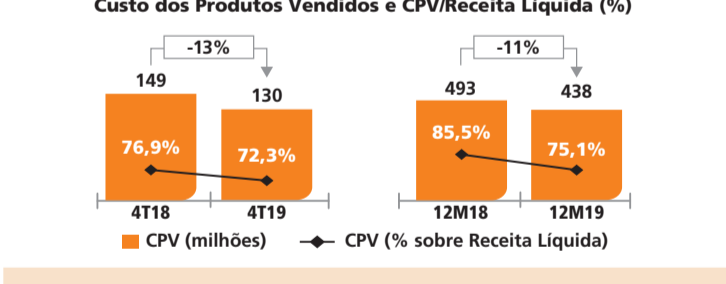
DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL - RECEITA LÍQUIDA



A **Receita Líquida** no 4T19 somou R\$179,4 milhões, redução de 7,5% em relação ao 4T18. No acumulado do ano a Receita Líquida atingiu R\$583,5 milhões, aumento de 1,2% frente ao acumulado de 2018. As explicações, estão detalhadas abaixo: A **Receita Líquida no segmento de Armazenagem** no 4T19 atingiu R\$119,0 milhões, redução de 21,0% frente ao mesmo período de 2018. No acumulado de 2019 somou R\$413,5 milhões, 2,0% menor que o acumulado de 2018. A estratégia da Companhia para recuperação de preços, implementada a partir do segundo semestre de 2018 em busca de margens sustentáveis, aliada à política de gestão de preços, estes ajustes somados à alta do dólar no período, proporcionaram resultados positivos nesse segmento. A Receita Líquida no segmento de **Granéis** no 4T19 atingiu R\$14,5 milhões, muito maior comparado ao resultado de R\$2,2 milhões do 4T18. No acumulado de 2019, a Receita Líquida de Granéis somou R\$35,6 milhões, se mantendo praticamente estável em relação ao acumulado de 2018. No 4T19 voltamos a direcionar nosso foco estratégico nesse segmento e adicionalmente implantamos o Lean Manufacturing, esses fatores contribuíram para o aumento expressivo na receita, principalmente na comparação entre os trimestres. A Receita Líquida no segmento de **Reposição e Serviços** no 4T19 atingiu R\$23,0 milhões, redução de 8,9% em relação ao 4T18, reflexo na queda no volume de vendas no mercado interno. No acumulado de 2019, a Receita Líquida de Reposição e Serviços somou R\$72,1 milhões, 23,9% maior que o acumulado de 2018. No ano, este segmento apresentou performance positiva, devido, entre outros fatores, à estratégia assertiva de instalação de centros de distribuição para atender às demandas dos clientes de forma ágil e com qualidade. O aumento relevante nesse segmento é decorrente de nossa sincronização com a demanda de mercado, com peças de reposição a pronta entrega nos centros de distribuição posicionadas estrategicamente no território nacional. O crescimento da Receita de Reposição e Serviços é consequência desta estratégia de entregar peças de reposição e serviços de forma ágil e rápida aos clientes.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV)

O CPV somou R\$129,6 milhões no 4T19, apresentando uma redução de 13,1% em relação ao 4T18. No acumulado de 2019, o CPV da Companhia atingiu R\$438,3 milhões, queda de 11,1% frente ao acumulado de 2018, representando 75,1% da receita líquida e redução de 10,4 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior. Tanto no trimestre quanto no acumulado do ano, o principal motivo da redução no CPV são ganhos obtidos nos custos de redução de custos e o aumento da produtividade.



LUCRO BRUTO

de R\$49,7 milhões no 4T19, 11,2% maior que o 4T18. A margem bruta do trimestre foi de 27,7%, 4,7 p.p. maior que no 4T18. O lucro bruto acumulado somou R\$ 145,2 milhões, 74,2% maior que 2018. A margem bruta no período ficou em 24,9%, aumento de 10,4 pontos percentuais em relação ao acumulado de 2018.

O EBITDA

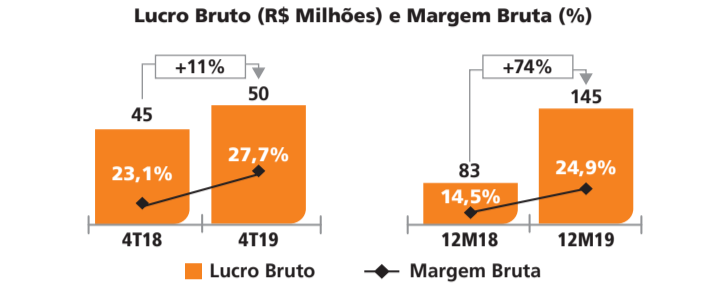
somou R\$30,9 milhões positivo no 4T19, redução de 28,4% em relação a R\$43,2 milhões no 4T18. A margem EBITDA do trimestre foi de 17,2%, 5,1 pontos percentuais menor que o mesmo período de 2018. O EBITDA dos 12M19 atingiu R\$83,3 milhões, maior que R\$48,4 milhões observados nos 12M18. Já a margem EBITDA ficou em 14,3%, nos 12M19 e 5,9 pontos percentuais maior que o mesmo período de 2018.

LUCRO LÍQUIDO

de R\$21,1 milhões no 4T19, com margem líquida de 11,8%. Nos 12M19 o lucro líquido somou R\$37,6 milhões com margem líquida de 6,4%, frente a R\$8,3 milhões de Lucro Líquido no acumulado de 2018.

LUCRO BRUTO

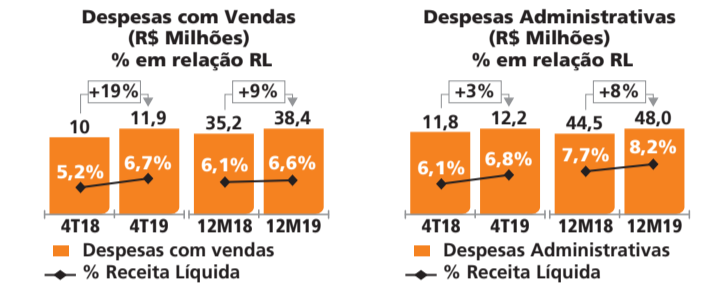
O Lucro Bruto da Companhia no 4T19 totalizou R\$49,7 milhões, aumento de 11,2% frente ao 4T18. A margem bruta no trimestre, por sua vez, atingiu 27,7%, aumento de 4,7 p.p versus o mesmo trimestre de 2018. Nos acumulados de 2019 o Lucro Bruto somou R\$145,2 milhões, avanço de 74,2% frente aos R\$83,4 milhões comparado ao mesmo período de 2018. Este desempenho positivo ratifica o nosso compromisso com a rentabilidade e uma rígida gestão de preços e custos.



DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas com Vendas
Despesas com Vendas no 4T19 ficaram 19,3% maiores em relação ao mesmo período de 2018, totalizando R\$11,9 milhões. No acumulado de 2019, as despesas com vendas somaram R\$38,4 milhões, aumento de 9,2% quando comparado ao acumulado de 2018. O motivo do aumento reflete o crescimento no segmento de Reposição e Serviços que impactaram nas comissões dos representantes e dos operadores logísticos dos Centros de Distribuição de peças.

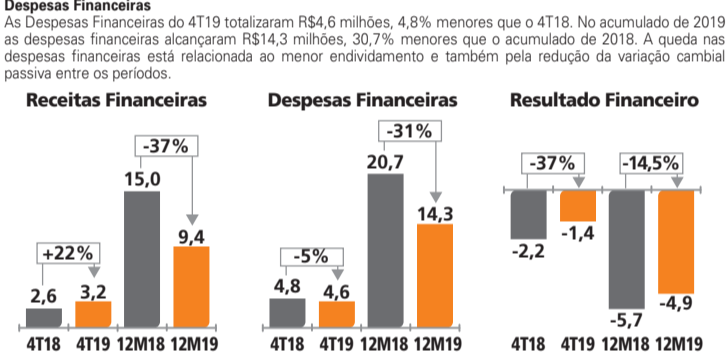
Despesas Gerais e Administrativas
As Despesas Gerais e Administrativas no 4T19 somaram R\$12,2 milhões, aumento de 2,8% quando comparadas às despesas de R\$11,8 milhões no 4T18. No acumulado de 2019, as despesas gerais e administrativas atingiram R\$48,0 milhões, aumento de 7,8% na comparação entre o mesmo período, o principal motivo foi o reposicionamento da área de Suprimentos como setor administrativo. Anteriormente as despesas eram lançadas diretamente no CPV e desconsiderando esse impacto as despesas permaneceriam praticamente estáveis entre os períodos.



RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras
As Receitas Financeiras totalizaram R\$3,2 milhões no 4T19, 22,4% maiores que o mesmo período de 2018, decorrente da alteração no critério das aplicações financeiras por operações mais rentáveis e sem incidência de IOF. No acumulado de 2019 as receitas financeiras somaram R\$9,4 milhões, cerca de 36,9% menores que o acumulado de 2018, refletido pela redução na taxa de juros no período.

Despesas Financeiras
As Despesas Financeiras do 4T19 totalizaram R\$4,6 milhões, 4,8% menores que o 4T18. No acumulado de 2019 as despesas financeiras alcançaram R\$14,3 milhões, 30,7% menores que o acumulado de 2018. A queda nas despesas financeiras está relacionada ao menor endividamento e também pela redução da variação cambial passiva entre os períodos.



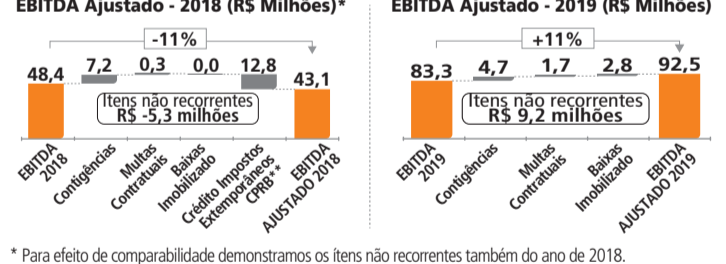
EBITDA

	4T18	4T19	Δ%	12M18	12M19	Δ%
Lucro do Período	28.748	21.109	-26,6%	8.266	37.572	354,5%
(+) Provisão para IR e CS - Correntes e Diferido	5.269	862	-83,6%	6.999	9.954	42,2%
(-) Receitas Financeiras	(2.599)	(3.181)	22,4%	(14.969)	(9.441)	-36,9%
(+) Despesas Financeiras	4.813	4.580	-4,8%	20.699	14.342	-30,7%
(-) Depreciações e Amortizações	(6.955)	(7.566)	8,8%	(27.423)	(30.888)	12,6%
EBITDA	43.186	30.936	-28,4%	48.418	83.315	72,1%

O **EBITDA** da Companhia alcançou no 4T19 R\$30,9 milhões, ante R\$43,2 milhões no 4T18. A margem do trimestre foi de 17,2%, ou seja, 5,0 pontos percentuais menor que o 4T18. É importante ressaltar que o 4T18 foi impactado positivamente por R\$12,8 milhões de reconhecimento de recuperação de créditos decorrente de recolhimentos a maior efetuados pela Companhia em exercícios anteriores, referente a contribuição previdenciária sobre a Receita Bruta e créditos de PIS e COFINS sobre insumos. No acumulado de 2019, o EBITDA somou R\$83,3 milhões, frente a R\$48,4 milhões no acumulado de 2018. O desempenho positivo é reflexo das ações da Companhia tanto na captura de melhores preços e mix favorável de produtos como na redução constante dos seus custos e despesas. Além da performance do resultado operacional, a adoção inicial da norma IFRS-16 que trata de Arrendamento Mercantil (a partir de 1º de janeiro de 2019), contribuiu para o aumento da depreciação em R\$3,9 milhões, refletindo também no crescimento do Ebitda.

EBITDA AJUSTADO

Para efeito de comparabilidade, os principais eventos não recorrentes do ano de 2019 foram contingências, multas contratuais e baixas no imobilizado, totalizando o montante de R\$9,2 milhões. Desconsiderando esses itens não recorrentes, o Ebitda ajustado totalizou R\$92,5 milhões com margem de 15,9% em 2019, melhor quando comparado com o Ebitda ajustado de R\$43,1 milhões com margem de 7,5% em 2018.



* Para efeito de comparabilidade demonstramos os itens não recorrentes também do ano de 2018.

** Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB.

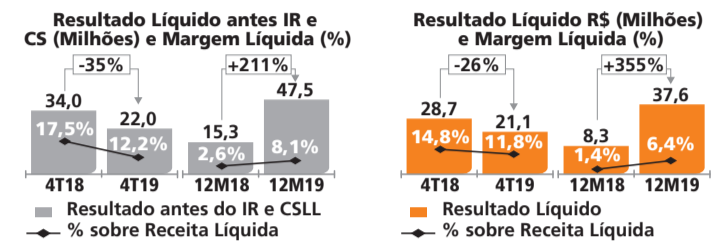
PRINCIPAIS INDICADORES (R\$ milhões)

Principais Indicadores (R\$ milhões)	4T18	4T19	Δ%	2018	2019	Δ%
Receita Líquida	194,0	179,4	-7,5%	576,3	583,5	1,2%
CPV	(149,2)	(129,6)	-13,1%	(492,9)	(438,3)	-11,1%
Lucro Bruto	44,7	49,7	11,2%	83,4	145,2	74,2%
Lucro Líquido	28,7	21,1	-26,6%	8,3	37,6	354,5%
EBITDA	43,2	30,9	-28,4%	48,4	83,3	72,1%
EBITDA AJUSTADO*	32,8	31,6	-3,7%	43,1	92,5	114,6%
Margem Bruta	23,1%	27,7%	4,6 p.p.	14,5%	24,9%	10,4 p.p.
Margem Líquida	14,8%	11,8%	-3 p.p.	1,4%	6,4%	5 p.p.
Margem EBITDA	22,3%	17,2%	-5 p.p.	8,4%	14,3%	5,9 p.p.
Margem EBITDA ajustado	16,9%	17,6%	0,7 p.p.	7,5%	15,9%	8,4 p.p.
Endividamento Líquido (R\$ mil)	(4,4)	(21,4)	387,3%	(7,2)	(44,8)	520,7%
Investimentos (R\$ mil)	1,7	5,0	194,1%	11,0	13,2	20,0%

* Ebitda ajustado = Ebitda (-) Eventos não recorrentes (Contingências, Multas Contratuais, Baixa do Imobilizado e Impostos Extemporâneos - CPRB).

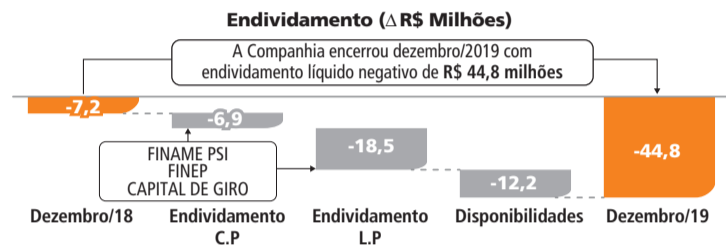
Lucro Líquido

O **Lucro antes do IRPJ/CSLL** no 4T19 foi de R\$22,0 milhões com margem líquida de 12,2%, no 4T18 o resultado foi de R\$34,0 milhões com margem de 17,5%. No acumulado de 2019 o Lucro antes do IRPJ/CSLL foi de R\$47,5 milhões com margem de 8,1%, no acumulado de 2018 o resultado foi de R\$15,3 milhões com margem de 2,6%. O **Lucro Líquido** no 4T19 foi de R\$21,1 milhões, com margem líquida de 11,8% e no 4T18 foi de 28,7 milhões com margem líquida de 14,8%. No acumulado de 2019 o Lucro Líquido foi de R\$37,6 milhões, com margem líquida de 6,4%, aumento de R\$ 29,3 milhões em relação ao Lucro Líquido de R\$8,3 milhões no acumulado de 2018. Mesmo com a pequena redução no volume de vendas no segmento de armazenagem, no ano de 2019 a reposição de preços alinhada a gestão de custos e despesas, proporcionaram aumento expressivo de 211% no Lucro antes do IRPJ/CSLL e aumento de 355% no Lucro Líquido do período, ratificando nosso compromisso com a retomada da rentabilidade e crescimento nos Resultados da Companhia.



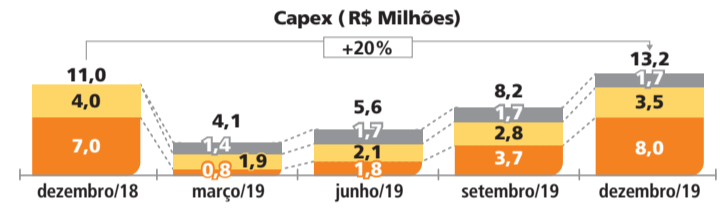
Endividamento

Em 2019 as disponibilidades somaram R\$84,9 milhões, aumento de 16,7% em relação a 2018. Da dívida total consolidada no trimestre, a linha FINAME PSI correspondeu a 16,6%, FINEP a 45,2% e Capital de Giro a 38,2%. Desta forma, o Endividamento Líquido em 2019 foi de R\$44,8 milhões negativos, frente aos R\$7,2 milhões negativos em 2018.



Capex

Os investimentos realizados pela Companhia em 2019 totalizaram R\$13,2 milhões (R\$11,0 milhões em 2018), utilizados para aquisição de equipamentos de informática (R\$1,7 milhão), software e licenças (R\$3,5 milhões) e outros (R\$8,0 milhões). Em relação a setembro de 2019 nosso Capex teve uma elevação de R\$5,0 milhões ou 61,0%. Esse aumento foi pulverizado com destaque para projetos de novos produtos, adequação de normas de segurança de máquinas e equipamentos entre outros.



Variação dezembro/19 x dezembro/18:

Aquisição de Equipamentos de Informática +100% | Software e Licenças -13% | Outros +14%

MERCADO DE CAPITAIS

A cotação das ações da Kepler Weber (B3: KEPL3) encerrou o 4T19 em R\$29,45, valorização de 97,4% quando comparado ao 4T18. O índice IBOVESPA apresentou uma valorização de 31,6% versus 4T18. Já o índice Small Caps Index apresentou uma valorização de 58,2% quando comparado ao 4T18.

Controladora		Consolidado	
12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
37.572	8.266	37.572	8.266
2.189	2.024	30.888	27.423
(56)	250	(9.580)	4.066
-	-	(1.765)	345
-	-	(2.174)	(845)
-	-	353	326
-	(1)	6.644	(2.629)
-	-	6.286	39
219	(1.364)	310	(389)
218	1.255	4.208	4.639
(486)	(76)	6.582	2.360
(34.180)	(6.190)	-	-
5.476	4.164	79.336	43.601

Varições nos ativos e passivos

Contas a receber	-	-	(12.018)	(1.966)
Estoque	-	-	(7.459)	(32.924)
Partes relacionadas	4.233	(4.414)	-	-
Impostos a recuperar	(771)	903	36.720	(13.074)
Outras contas a receber	(22)	(3)	1.355	(1.331)
Fornecedores	(109)	(27)	7.116	(6.649)
Salários e férias	(47)	114	(3.216)	114
Impostos a receber	(617)	(680)	(941)	(3.403)
Adiantamentos de clientes	-	-	(33.739)	4.139
Outras contas a pagar	1.036	81	5.308	(3.828)
Juros pagos por empréstimos	-	-	(4.516)	(4.205)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.090)	(958)	(9.541)	(958)
Dividendos a receber	-	-	767	-
1.113	(3.808)	(17.839)	(64.085)	-
6.589	356	61.497	(20.484)	-
-	-	(13.199)	(11.004)	-
(5.759)	-	9.852	(8.279)	-
6.189	(8.201)	9.641	48.225	-
430	(8.201)	6.294	28.942	-

Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais

Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	-
Aplicação financeira retida	(5.759)
Títulos e valores mobiliários	6.189
430	(8.201)

Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de investimentos

Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Com terceiros	(6.590)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(6.590)
Pagamentos de empréstimos	(35.953)
Empréstimos tomados	11.000
Pagamentos de arrendamento mercantil financeiro	(206)
(6.796)	(36.151)
223	(7.845)

Caixa líquido (usado nas) gerado pelas atividades de financiamento

6.212	14.057	6.803	14.424
6.435	6.212	38.443	6.803
223	(7.845)	31.640	(7.621)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Controladora		Consolidado	
12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
-	-	684.119	674.866
-	-	(352)	(326)
-	-	(408.050)	(477.823)
(1.935)	(3.679)	(70.840)	(48.736)
(1.935)	(3.679)	204.877	147.981
(2.189)	(2.024)	(30.888)	(27.423)
(4.124)	(5.204)	173.989	120.558
52.167	24.108	5.742	15.345
34.180	6.190	-	-
1.192	1.383	9.441	14.969
417	76	(5.746)	(2.360)
2.884	2.506	2.884	2.506
1.757	-	1.757	-
11.737	13.953	(2.594)	230
48.043	18.405	179.731	135.903
48.043	18.405	179.731	135.903
3.442	4.097	85.248	87.900
-	-	62.870	62.351
237	192	9.840	9.938
(3)	75	4.705	5.156
3.168	2.502	3.168	2.565
40	1.328	4.665	7.890
-	-	2.403	6.535
40	226	2.262	1.355
2.189	3.229	19.371	6.694
2.199	3.241	16.414	1.353
-	-	2.528	1.796
(10)	(12)	429	545
199	307	32.899	33.537
25	77	6.792	9.966
-	-	17.548	14.392
174	230	8.559	9.179
2.199	3.241	16.414	1.353
4.000	-	4.000	-
6.388	2.590	6.388	2.590
9.931	-	9.931	-
20.015	7.769	20.015	7.769
1.879	413	1.879	413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Kepler Weber S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital aberto, possui sua sede localizada na cidade de São Paulo, SP, Brasil, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código KEPL3 desde 15 de dezembro de 1980. Seu objeto social é exercido indiretamente, através de um marco de Industrial S.A., com sede localizada na cidade de Panambi, RS, Brasil, no que se referem às atividades operacionais e industriais de produção de sistemas de armazenagem e conservação de grãos (silos, secadores, máquinas de limpeza e seus componentes), instalações industriais, terminais portuários, peças de reposição e serviços de assistência técnica.

2. ENTIDADES DA COMPANHIA

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a controladora, Kepler Weber S.A., e sua controlada, estabelecida no Brasil e a seguir relacionada:

Porcentagem da Participação	
12/2019	12/2018
100%	100%

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também conforme Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia e sua controlada no ano do CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas as principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho Fiscal em 09 de março de 2020, e pelo Comitê de Administração da Companhia em 11 de março de 2020, para divulgação em 12 de março de 2020. **Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e de sua controlada. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas nesta seção, a **Base de consolidação**: **i. Controlada:** As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. **Das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** **i. Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com entidades investidas e registrado por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na entidade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável. **ii. Instrumentos financeiros:** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os ativos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias: 1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado; 2. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e 3. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **iii. Mensuração subsequente:** Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas classificaram seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: **i. Ativos financeiros ao custo amortizado:** Ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais geram fluxos de caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal em aberto. **ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros tais como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao valor justo por meio do resultado. **iii. VJR:** No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como VJR se isso cominar a reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **iv. Desreconhecimento de Ativos financeiros:** A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem controla substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e sua controlada realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, tais como derivativos, swaps, opções, futuros, contratos de compra e venda de ativos financeiros. A Companhia e sua controlada têm as seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Estes passivos são classificados como outros passivos financeiros e são inicialmente reconhecidos a valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros são reconhecidas no resultado. A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Administração também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa dos passivos modificados são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado, nos termos modificados é reconhecido ao valor justo. **v. Provisão para perda de crédito esperada:** A Companhia e sua controlada fazem provisões para perda de crédito esperada paga (incluindo ativos transferidos que não transmitem pelo caixa ou passivos assumidos) e reconhecida no resultado. **vi. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia e sua controlada mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado como receita ou despesa financeira. **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente negociáveis e com baixo risco de mudança de valor, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. As aplicações financeiras retidas não atendem à definição de equivalentes de caixa por terem sido dadas em garantia de fianças bancárias, sendo reconhecidas pelo custo amortizado. **Aplicação financeira:** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. A Companhia possui aplicações financeiras retidas que servem em garantia de empréstimo na Controlada. **o) Redução ao valor recuperável de ativos:** **i. Ativos financeiros não derivativos:** Um ativo financeiro é mensurado pelo valor justo por meio do resultado, avaliada a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e sua controlada sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra o ativo. **ii. Instrumentos financeiros derivativos:** A perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Provisão para perda de crédito esperada para contas a receber:** A Companhia e sua controlada utilizam uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada revisam a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. **iv. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros não são desreconhecidos. **v. Passivos financeiros:** A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. **ii. Ativos não financeiros:** Na data de cada demonstração financeira, a Companhia e sua controlada revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos UGCs. O valor recuperável de um ativo UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **d) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de matéria prima, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos gastos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor líquido líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **e) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Imposto diferido ativo é reconhecido para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias que não foram utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos prejuízos fiscais. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseado-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais e diferenças temporárias devida não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **f) Partes relacionadas:** As partes relacionadas são aquelas entidades que possuem uma relação com a Companhia e suas controladas estabelecidas em contrato entre as partes. Os contratos referem-se substancialmente ao pagamento de Royalties e Aluguéis da controlada para a controladora (nota explicativa 23). **g) Ativos não circulantes mantidos para venda:** Os ativos não circulantes da controladora mantidos para venda são classificados nesse grupo se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda no invés do seu uso contínuo. Os ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como

mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à depreciação e imobilizado não é mais avaliado por equivalência patrimonial. **iv. Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção, ou fornecimento de produtos, ou serviços ou para propósitos administrativos. Propriedade para investimento é mensurada pelo custo ou custo atribuído. As propriedades para investimento são registradas pelo valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. **v. Imobilizado:** **i. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas das como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **ii. Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos subsequentes não são adicionados ao custo do imobilizado se o custo de aquisição do novo componente depreciação, a depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes: Edificações e benfeitorias: 25 anos; Máquinas e equipamentos: 2-5 anos; Móveis e utensílios: 1-10 anos; Equipamentos de informática: 0-5 anos; Outros equipamentos: 0-5-10 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **k) Ativos intangíveis:** **i. Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnico e comercialmente viáveis, se a Companhia e sua controlada e sua controlada possuem a intenção de desenvolver o produto ou processo, se os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo nos ativos qualificáveis conforme avaliação de adesão desses ativos pela Companhia. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e, caso aplicável, perdas por redução ao valor recuperável. **ii. Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ação gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **iii. Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não são, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes: Custos de desenvolvimento capitalizados - 5-5 anos; Softwares - 5 anos. **l) Benefícios a empregados:** **i. Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal com a construção de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefício a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. **ii. Outros benefícios a empregados:** Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia e sua controlada incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que não são incorridos. **m) Provisões:** Uma provisão é uma obrigação de pagar valores adicionais, sob o controle da Companhia e sua controlada, decorrente de uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **n) Capital social:** **i. Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **o) Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referência ao preço de mercado das ações em circulação, ajustado pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. **p) Receita operacional líquida:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o bem ou serviço ao cliente. **Equipamentos para armazenagem e movimentação de grãos:** A Companhia fabrica equipamentos para a armazenagem, beneficiamento e movimentação de grãos. Os contratos com clientes estabelecem adiantamentos durante os seguintes momentos de fabricação: na data de assinatura do contrato, antes de iniciar a fabricação e antes de cada etapa de fabricação. Também existem contratos com clientes que são financiados por instituições financeiras em que a fabricação dos equipamentos é realizada sob o controle de assinatura do contrato, ou conforme a progressão da construção. No entanto, as fabricações ocorrem para o período de três a seis meses. A receita operacional de equipamentos para armazenagem e grãos é reconhecida ao longo do tempo com base na evolução do estágio de montagem e transferência do controle dos equipamentos. Os adiantamentos recebidos estão incluídos nos passivos como adiantamento de clientes. A receita de montagem é reconhecida ao longo do tempo conforme estágio de conclusão dos serviços prestados com base em medições, conforme cronograma definido em contrato, de trabalhos realizados nos canteiros de obras em andamento. O faturamento relacionado à prestação de serviço de montagem ocorre simultaneamente ao faturamento dos equipamentos. A Companhia efetua a alocação do preço de cada obrigação de desempenho de forma distinta, essas faturas tem seu pagamento vinculado aos adiantamentos dos clientes. **Resposta sanitária:** A Companhia disponibiliza aos seus clientes peças de reposição através da sua rede de representantes comerciais em conjunto com a prestação de serviços de manutenção e assistência técnica. Para esses bens a receita é reconhecida em período específico de tempo, normalmente pela transferência do controle desses bens e a receita da prestação de serviço é reconhecida quando o serviço é prestado. As faturas para relacionadas às peças e serviços são emitidas mensalmente e normalmente são pagas em no máximo cento e oitenta dias. **q) Subvenção governamental:** Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia e sua controlada irão cumprir as condições associadas com a subvenção. As informações relativas às subvenções reconhecidas pela Companhia e sua controlada estão divulgadas na Nota explicativa 3 (i) Benefícios a empregados - despesas. **Resposta sanitária:** A Companhia disponibiliza aos seus clientes receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras de uso restrito). A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições de dividendos ou juros sobre capital próprio recebidas da controlada são registradas por equivalência patrimonial, reduzindo o

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Itens	Consolidado			
	Valor residual líquido em 12/2018	Adições	Amortizações Baixas	Transferências Valor líquido em 12/2019
Desenvolvimento de produtos	1.487	-	(412)	16
Marcas e patentes	1.282	-	-	1.282
Software e licenças	33.529	(906)	(7.020)	8.848
Intangível em andamento	8.504	5.776	(520)	26
	44.802	5.776	(7.432)	26
				(133)
				41.613

Os saldos de "softwares e licenças" estão relacionados, principalmente, ao processo de desenvolvimento e implantação do novo sistema integrado de gestão SAP, o qual teve seu "go live" em janeiro de 2015, substituindo o sistema integrado de gestão anterior. Os valores relacionados ao "intangível em andamento" correspondem a investimentos em módulos do SAP que ainda estão em fase de implantação e a desenvolvimento de novos produtos.

19. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E) realizada em 27 de junho de 2019 foi aprovada a proposta de venda de imóvel (terreno e edificações) da Kepler Weber S.A. registrado no Ofício de Registro de Imóveis de Panambi - RS. Estes ativos compõem o montante de R\$ 12.950 em 31 de dezembro de 2019. Seguem abaixo a abertura dos referidos saldos:

Itens	12/2019		12/2018	
	Terrenos	Predios e benfeitorias	Terrenos	Predios e benfeitorias
	8.804	4.146	8.804	4.146
	4.146	12.950	4.146	12.950

20. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Itens	Vencimentos	Encargos	Consolidado	
			12/2019	12/2018
Moeda nacional				
FINEP (projetos de novos produtos)	Outubro 2022	4,00% a.a.	7.173	10.951
FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos) (*)	Outubro 2024	9,5% a.a.	1.892	4.763
Capital de giro	Março/2020	7,9% a.a.	15.287	24.352
			15.714	31.290
			1.416	34.232

(*) As aquisições de máquinas e equipamentos pela modalidade de empréstimo FINAME, são dados em garantia até a liquidação destes empréstimos.

Itens	Consolidado	
	12/2019	12/2018
Alterações Caixa		
Recebidos de (Pagos) de atividades de financiamento		
Saldo em 01/01/18	79.511	44.562
Financiamentos e empréstimos	44.562	(60.641)
	(60.641)	(4.205)
	4.169	2.126
	2.126	65.522

Itens	Consolidado	
	12/2019	12/2018
Alterações Caixa		
Recebidos de (Pagos) de atividades de financiamento		
Saldo em 12/18	65.522	11.000
Financiamentos e empréstimos	11.000	(35.953)
	(35.953)	(4.516)
	4.013	-
	40.066	40.066

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	Consolidado	
	12/2019	12/2018
2021	7.446	-
2022	6.295	-
2023	1.973	-
	15.714	-

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia oferece a seus empregados um plano de previdência na modalidade de contribuição definida. As contribuições da Companhia são efetuadas na paridade de um para um, ou seja, para cada R\$1 (um real) de contribuição do colaborador a Companhia contribui com R\$1 (um real). No plano de contribuição definida, nenhum passivo de longo prazo é reconhecido. Os valores de contribuições reconhecidas na demonstração do resultado do período, no grupo de "despesas administrativas e gerais", estão apresentados abaixo: Os valores de contribuições reconhecidas estão apresentados abaixo:

Ano de vencimento	Consolidado	
	12/2019	12/2018
2021	7.446	-
2022	6.295	-
2023	1.973	-
	15.714	-

22. PARTES RELACIONADAS

Ativo	Controladora	
	Kepler Weber Industrial S.A.	Banco do Brasil S.A. (*)
Depósitos bancários	-	-
Aplicações financeiras	-	815
Títulos e valores mobiliários	-	3.830
Aluguel	1.113	-
Royalties	486	-
Dividendos a receber	-	-
	1.599	4.645
	6.244	14.760

Ativo	Controladora	
	Kepler Weber Industrial S.A.	Banco do Brasil S.A. (*)
Depósitos bancários	2	2
Aplicações financeiras	1.629	1.629
Títulos e valores mobiliários	33.616	33.616
	35.247	35.247
	37.063	37.511

Passivo	Controladora	
	Kepler Weber Industrial S.A.	Banco do Brasil S.A. (*)
Empréstimos bancários	10.652	10.652
	10.652	58.074
	10.652	58.074

(*) O BB Banco de Investimento S.A. é acionista da Companhia. Os royalties e aluguéis estão apresentados na rubrica de "Partes relacionadas". Os honorários a pagar estão apresentados na rubrica de "Outras contas a pagar". A Controladora possui uma aplicação financeira retida que serve em garantia de empréstimo na Controlada, em 31 de dezembro 2019 R\$ 5.759 e R\$ 5.512 respectivamente (31 de dezembro de 2018 - saldo zero). O resultado com partes relacionadas está demonstrado nos quadros abaixo:

Resultado	Controladora	
	Kepler Weber Industrial S.A.	Banco do Brasil S.A. (*)
Outras receitas (aluguéis)	5.808	-
Outras receitas (royalties)	5.711	-
Ressarcimento de despesas	-	-
Recursos aplicações financeiras e títulos valores mobiliários	-	208
Honorários e benefícios da administração	-	-
	-	(3.356)
	(3.356)	(2.880)

Resultado	Controladora	
	Kepler Weber Industrial S.A.	Banco do Brasil S.A. (*)
Receitas sobre aplicações financeiras	84	-
Receitas sobre títulos e valores imobiliários	1.214	-
Honorários da administração	-	(3.356)
Despesas financeiras	(3.647)	-
	(2.349)	(4.888)

(*) O BB Banco de Investimento S.A. é acionista da Companhia. (a) A Controladora Kepler Weber S.A. possui contrato de locação comercial e aditivo de contrato com vigência até 18 de setembro de 2022 com a sua controlada Kepler Weber Industrial S.A. (b) Há um contrato de cessão onerosa para uso das marcas entre a Controladora Kepler Weber S.A. e sua controlada e subsidiária integral Kepler Weber Industrial S.A. com vigência até 1º de abril de 2020. (c) As operações realizadas com o acionista BB Banco de Investimento S.A. consideram condições usuais de mercado, sendo que a Companhia incorria em gastos anuais por comissão de fiança oferecida para as debêntures mencionadas na nota explicativa 21. Os contratos de aluguel e pagamento de royalties foram realizados em condições específicas entre as partes e poderiam ser diferentes caso realizados com terceiros não relacionados.

23. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E) realizada em 24 de abril de 2019 foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 4.746 que incluem honorários e gratificações, para o período de maio de 2019 a abril de 2020.

Itens	Controladora	
	12/2019	12/2018
Honorários e gratificações	3.218	2.721
Benefícios diretos e indiretos	138	138
	3.356	2.859

Plano de Opções de Compra de Ações: O custo de transações com funcionários liquidado com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. O Plano de Compra de Ações tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; e (c) possibilitar a Companhia atrair e manter a ela(s) vinculados as pessoas elegíveis. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de setembro de 2014 foi aprovada a primeira outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da primeira outorga do Plano de Opções é de 87.019 opções. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de julho de 2015 foi aprovada a segunda outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da segunda outorga do Plano de Opções é de 150.257 opções. As ações iniciais adquiridas estarão sujeitas a um período de lock-up de três anos a contar da data de outorga, período no qual os beneficiários não poderão alienar ou onerar sob qualquer forma suas ações adquiridas, sob pena de perda do direito do exercício das opções. As opções possuem período de carência de três anos vinculado à permanência do beneficiário na Companhia. Cada opção dá direito ao beneficiário de adquirir 1 (uma) ação, sujeito aos termos e condições estabelecidas no respectivo contrato de opção. O Plano de Opção de Compra de Ações permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele. A composição dos planos de opções, considerando os prazos de carência para exercício das opções, o valor justo das opções e suas premissas, está demonstrada a seguir:

Lote	1ª Outorga 07/2014	
	03/07/2017	04/07/2017
Prazo de carência a partir da outorga		
Quantidade de ações a partir do terceiro aniversário	68.726	18.293
Preço de exercício - (R\$)	39,35	39,35
Valor justo por opção - (R\$)	21,32	21,61
Volatilidade do preço da ação	33,79%	33,79%
Taxa de juro livre de risco	11,89%	11,89%

Lote	2ª Outorga 07/2015	
	06/07/2018	07/07/2018
Prazo de carência a partir da outorga		
Quantidade de ações	105.815	27.920
Preço de exercício - (R\$)	27,65	27,65
Valor justo por opção - (R\$)	13,86	13,97
Volatilidade do preço da ação	38,70%	38,70%
Taxa de juro livre de risco	12,62%	12,62%

Para todos os planos de opções, o valor justo é estimado na data da concessão usando o modelo de precificação denominado binomial. A movimentação do plano de opções está demonstrada a seguir:

Saldo em 31/12/2018	1ª Outorga		2ª Outorga	
	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
Saldo em 31/12/2019	-	-	16.522	16.522

24. IMPOSTOS A RECOLHER

Circulante	Controladora		Consolidado	
	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
ICMS a pagar	86	112	1.081	1.072
PIS/COFINS a pagar	717	696	717	696
Parcelamento IOF - Lei 11.941/09	3	366	273	4.964
Imposto de Renda e Contribuição Social	4	1	306	705
Outros	810	1.175	2.659	7.676

Não circulante	Controladora		Consolidado	
	12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
Parcelamento IOF - Lei 11.941/09	2.750	3.365	2.750	3.365
	2.750	3.365	2.750	3.365

Em 3 de novembro de 2009 a Companhia e sua controlada aderiram ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei 11.941/09. Em junho de 2011 a Companhia realizou a consolidação destes débitos junto à Receita Federal do Brasil. A Companhia está cumprindo com suas obrigações inerentes ao parcelamento. Adicionalmente, em 11 de setembro de 2017 a Companhia solicitou adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT (Lei nº 13.496/2017) após desistência do processo de número 13062.000017/2003-35 no montante total de R\$ 1.121 (R\$ 374 de principal e R\$ 747 a título de multa de juros). Durante o exercício, a Companhia quitou R\$ 225 e o restante do valor é R\$ 896, foi quitado por compensação de prejuízo fiscal. A consolidação dos parcelamentos foi realizada junto à Receita Federal em 13 de dezembro de 2018.

25. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração com base na opinião de seus consultores legais externos. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou os seguintes saldos de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Itens	Controladora	
	12/2019	12/2018
Trabalhistas	150	180
Tributárias e previdenciárias	126	103
Cíveis	-	49
	276	332

Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Baixa/Provisão	
	12/2018	12/2019
Trabalhistas	180	39
Tributárias e previdenciárias	103	23
Cíveis	49	-
	332	62

Itens	Consolidado	
	12/2019	12/2018
Trabalhistas	5.005	5.204
Tributárias e previdenciárias	217	213
Cíveis	6.482	15.867
	11.704	21.284

Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Itens	Adição de provisão		Baixa/Reverso de provisão	
	12/2018	12/2019	12/2018	12/2019
Trabalhistas	5.204	390	(589)	5.005
Tributárias e previdenciárias	213	101	(97)	217
Cíveis	15.867	167	(9.552)	6.482
	21.284	658	(10.238)	11.704

Processos trabalhistas e previdenciários: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de empregados e estão vinculados a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho. Processos tributários: são processos que envolvem discussões sobre créditos fiscais não homologados, ressarcimentos, base de cálculo para contribuição, impostos e glosa de crédito em pedido de restituição de COFINS e pedido de reconhecimento de IPI. Passivos contingentes: a Companhia e sua controlada também são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída. Dentre estes processos destaca-se o Auto de Lançamento emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul, lavrado em 09 de outubro de 2015, contra a Controlada Kepler Weber Industrial S/A sustentando infração à legislação tributária relativa ao ICMS em determinadas operações do estabelecimento localizado em Panambi, RS. O crédito tributário objeto do Auto de Lançamento é de R\$ 50.198 onde R\$ 20.439 refere-se ao valor principal, R\$ 12.263 à multa, R\$ 17.496 a juros. Em abril de 2019 foi publicado o acórdão do Recurso Extraordinário ao Pleno do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, que julgou procedente o Auto de Lançamento e intinou a Companhia ao pagamento do débito. A Companhia e sua controlada ajustaram Ação Ordinária, que tramita na 6ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre/RS, visando a garantia/caução dos débitos mediante Seguro Judicial no valor total de R\$ 63.590, o qual garante 130% do valor do débito atualizado na data da contratação do seguro judicial, cumulada com medida de tutela cautelar antecipatória que restou concedida, permitindo à empresa a expedição de certidão de regularidade fiscal e impedindo a inscrição do débito em qualquer órgão de restrição de crédito, bem como a desconstituição do auto de infração, que aguarda julgamento. O Estado do Rio Grande do Sul ajuizou Execução Fiscal no valor de R\$ 49.089, a qual tramita na 1ª Vara Judicial de Panambi/RS, visando a cobrança do mesmo débito garantido, na qual a Companhia se manifestou requerendo a suspensão do feito executório até o julgamento da Ação Ordinária. Os advogados classificaram como possível o risco de perda. Os demais processos, que apresentam risco de perda possível, totalizam os seguintes montantes:

Tipo de processo	Controladora	
	12/2019	12/2018
Tributárias	18.068	4.893
Cíveis	-	56.623
	18.068	61.516

Tipo de processo	Consolidado	
	12/2019	12/2018
Trabalhistas	2.034	1.333
Tributárias	67.398	7.166
Cíveis	5.512	63.955
	74.944	72.454

A redução do valor das contingências de risco de perda possível nos processos cíveis decorre da definitividade da total improcedência da pretensão indenizatória modelada contra a Companhia, estimada em R\$ 56.623, pela ausência de recurso pela parte contrária, e a certificação do trânsito em julgado do acórdão favorável à Companhia proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Ativos contingentes: A Controlada da Companhia ajuizou em 14 de março de 2017 Medida Judicial pleiteando a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A sentença de primeira instância foi proferida em 25 de julho de 2017, concedendo o direito para que pudesse excluir de suas operações futuras o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Tendo por base esta sentença a Controlada da Companhia passou a não mais oferecer a base de tributação das contribuições ao PIS/COFINS os valores de ICMS apurados a partir de agosto de 2017. Essa exclusão refletiu no não recolhimento do PIS e da COFINS no montante total de R\$ 8.135 até 31 de dezembro de 2019. Em 11 de setembro de 2017, a União interps Recurso de Apelação, o qual restou provido. Diante da decisão, a União opôs Embargos de Declaração. Em 21 de março de 2019, foi proferido Acórdão corrigindo o erro material no voto em relação à compensação para constar que a compensação deverá ocorrer entre quaisquer tributos administrados pela Receita Federal. Em 16 de maio de 2019, a União interps Recurso Especial e Extraordinário. Em 11 de junho de 2019, foram proferidas decisões que inadmitiu o Recurso Especial da União, bem como negou seguimento ao Recurso Extraordinário. Em 13 de junho de 2019, a União interps Agravo de Denegatória de Recurso Especial. Em 12 de agosto de 2019 sobreveio decisão negando provimento ao Agravo de Denegatória de Recurso Especial. Em 15 de agosto de 2019, a União Federal interps Agravo Interno, o qual teve provimento negado em 24 de setembro de 2019. Em 10 de outubro de 2019, em face do acórdão que negou provimento ao agravo interno, a União opôs Embargos de Declaração, os quais foram desacolhidos em 07 de novembro de 2019. Em 16 de dezembro de 2019 a União Federal ingressou com Recurso Extraordinário perante o Superior Tribunal de Justiça contra o acórdão que rejeitou os Embargos de Declaração da União Federal, que aguarda julgamento. Entretanto, com base na decisão do STF comentada a seguir e na opinião dos seus consultores jurídicos, a Companhia e sua Controlada concluíram que não é provável o desembolso de caixa em relação aos valores não recolhidos. O STF julgou o mérito da matéria e decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, em linha com a tese pleiteada pela Controlada. Vale destacar que, apesar da decisão quanto ao mérito, o caso ainda aguarda julgamento de embargos de declaração apresentado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, principalmente no que se refere à modulação de efeitos da decisão de mérito. Para os períodos anteriores à data do ajuizamento da medida judicial supra mencionada, e não prescritos, a Controlada deverá aguardar o trânsito em julgado do seu processo judicial, bem como a decisão final do STF que definirá o período beneficiado bem como a forma de aproveitamento do crédito tributário (compensação com outros tributos federais ou precatório). A Controlada e seus assessores estimam que a decisão não limitará o direito da ação judicial proposta a partir de 14 de março de 2017, data do ajuizamento da ação, no entanto, os elementos do processo ainda estão pendentes de decisão e não permitem o reconhecimento do ativo relativo aos créditos a serem levantados para o período de março de 2012 a julho de 2017. Com base em levantamento preliminar a partir das informações disponíveis em 31 de dezembro de 2019, a Controlada estima através de avaliação de seus consultores externos o valor potencial dos créditos, incluindo atualização monetária, no valor de R\$ 28.800.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA	GERENTE	CONTADORA
<p>Marcelo Guimarães Lopo Lima Presidente do Conselho de Administração</p> <p>Julio Cesar de Toledo Piza Neto Vice-Presidente do Conselho de Administração</p> <p>Membros</p> <p>Camilo Buzzi José Pais Paz Rangel</p> <p>Maria Gustavo Heller Britto Rafael Maisonnave</p>	<p>Membros</p> <p>Gracielle Beltrami Hummel Bulhões Garcia Marcio Ferraro Rafael Zanon Guerra de Araujo</p>	<p>Piero Abbondi Diretor-Presidente</p> <p>André Luis Paz Acosta Diretor Administrativo e Financeiro</p>	<p>Edirlei Lohrentz da Silva Gerente de Controladoria</p>	<p>Cristiane Beatriz Back Bender CRC-RS 072285/O-2</p>

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da KEPLER WEBER S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas que o acompanham, quais sejam, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa Método Indireto, do Valor Adicionado e de Resultados Abrangentes, bem como as Notas Explicativas relacionadas, e o correspondente Relatório emitido pelos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análises, documentos, informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia. Desta forma, com base nos trabalhos e esclarecimentos prestados pela KPMG - Auditores Independentes e no seu Relatório, sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal concluiu que as Demonstrações Financeiras, acima mencionadas, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, estão adequadamente apresentadas e opina favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, SP, 11 de Março de 2020.

<p>Marcio Ferraro Presidente do Conselho Fiscal</p>	<p>Rafael Zanon Guerra de Araujo Conselheiro Fiscal</p>	<p>Gracielle Beltrami Hummel Bulhões Garcia Conselheira Fiscal</p>	<p>Edirlei Lohrentz da Silva Secretário</p>
--	--	---	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas e Diretores da **Kepler Weber S.A.** São Paulo • **SP.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Kepler Weber S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Kepler Weber S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Recuperabilidade de ativos fiscais diferidos** • **Consolidado:** Veja as Notas nº 5.2 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Principais assuntos de auditoria:** A controlada da Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social considerados recuperáveis com base na projeção de lucros tributáveis futuros. O reconhecimento de ativos fiscais diferidos envolve incertezas relacionadas a premissas e estimativas sobre disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. A Companhia realiza julgamentos na aplicação de interpretação de leis tributárias que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos. Devido às incertezas relacionadas a premissas no processo de determinação das estimativas futuras de geração de lucros tributáveis, e pelo fato de que qualquer mudança relevante nessas premissas pode resultar em um ajuste material nos saldos dos ativos das demonstrações financeiras da controladora e julgamentos realizados na aplicação de interpretações de leis tributárias, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários, decorrentes do curso normal das suas operações, os quais estão sendo discutidos nas esferas administrativa e judicial. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Dentre os processos classificados como risco de perda possível, o auto de lançamento emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul em 09 de outubro de 2015 contra sua controlada, possui atenção especial nas contingências tributárias, devido ao montante envolvido de R\$ 49.089 mil. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como crescimento das vendas, custos e despesas, bem como eventuais ajustes de natureza tributária para determinação dos lucros tributáveis projetados; • Obtivemos evidências de aprovação do estudo de recuperabilidade dos impostos diferidos pelos órgãos de governança da Companhia; • Com o auxílio de nossos especialistas tributários, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das adições e deduções fiscais; • Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, realizamos uma análise de sensibilidade sobre as principais premissas que fundamentam as projeções, tais como projeções de receitas, custos e despesas, avaliando o comportamento do estudo e das conclusões em mais de um cenário; • Avaliamos ainda se as projeções da Companhia indicavam, para a parcela dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos, indicavam a existência de lucros tributáveis

futuros, suficientes para permitir sua realização, bem como avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas da Companhia; Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor dos ativos fiscais diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019: Em nossos procedimentos de auditoria: • Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos chave da Companhia relacionados à divulgação e a determinação da probabilidade de perda das contingências. • Enviamos cartas de confirmação dos processos aos consultores jurídicos externos da Companhia e comparamos as respostas sobre a probabilidade de perda informadas por eles e os montantes envolvidos com as informações da Companhia. • Avaliamos, com o envolvimento dos nossos especialistas jurídicos e tributários, a fundamentação sobre as probabilidades de perda informadas pelos consultores jurídicos sobre os principais processos tributários da Companhia. • Avaliamos também, com base nas respostas dos advogados, a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação à natureza das contingências tributárias com perda provável e possível. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que é aceitável o valor das provisões e passivos contingentes, bem como, as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 • Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 20 de março de 2019, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar

o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Porto Alegre, 11 de março de 2020